

Regulamentos e Códigos

1. Referência sumária aos regulamentos internos aplicáveis e regulamentos externos a que a entidade está legalmente obrigada, com apresentação dos aspetos mais relevantes e de maior importância. Indicação onde este se encontra disponível para consulta.

Em virtude da extensão das responsabilidades e competências atribuídas a esta administração portuária, qualquer referência, ainda que sumária, aos regulamentos externos a que está obrigada estará sempre incompleta; não obstante enumeram-se os seguintes instrumentos estruturantes:

- **Decreto-Lei nº 338/98, de 3/11**, que transforma a Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, instituto público dotado de personalidade jurídica de direito público e de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, em sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, in <https://dre.pt/application/file/222965>.
- **Decreto-Lei nº 298/93, de 28/08**, que estabelece o regime jurídico da operação portuária, alterada pelo Decretos-Lei nºs 324/94 e 65/95, de, respetivamente, 30/12 e de 7/04, in <https://dre.pt/application/file/631772>
- **Decreto-Lei nº 324/94, de 30/12**, que estabelece a lei geral das concessões do serviço público de movimentação de cargas em cais e terminais portuários, in <https://dre.pt/application/file/321815>
- **Decreto-Lei nº 273/2000, de 9/11**, que aprova o regulamento do Sistema Tarifário dos Portos do Continente, in <https://dre.pt/application/file/621981>
- **Decreto-Lei nº 165/2003, de 24/07**, relativo à receção dos resíduos dos navios, in <https://dre.pt/application/file/673723>
- **Decreto-Lei nº 180/2004, de 27/07**, que integra a informação do Sistema VTS Português no sistema comunitário de acompanhamento e de informação do tráfego marítimo, in <https://dre.pt/application/file/507163>
- **Decreto-Lei nº 46/2002, de 2/03**, que atribui às autoridades portuárias a competência integrada em matéria de segurança nas suas áreas de jurisdição, in <https://dre.pt/application/file/251892>
- **Diretiva 2005/65/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26/10**, sobre o reforço da segurança nos portos, http://www.dgrm.min-agricultura.pt/xeo/attachfileu.jsp?look_parentBoui=2031602&att_display=n&att_download=y
- **Decreto-Lei nº 226/2006, de 15/11**, que transpõe para o direito nacional a Diretiva do Código ISPS, in <https://dre.pt/application/file/544718>
- **Lei nº 58/2005, de 29/12/2005**: aprova a Lei da Água, transpondo para a ordem jurídica nacional a Diretiva nº. 2000/60/CE do Parlamento e do Conselho e estabelecendo as bases e o quadro institucional para a gestão sustentável das águas, Água in http://www.apambiente.pt/dqa/assets/01-lei-58_2005-lei-da-%c3%a1gua.pdf
- **Decreto-Lei nº 226 – A/2007, de 31 /05**, que estabelece o regime da utilização dos recursos hídricos, alterado pelo Decreto-Lei nº. 391-A/2007, de 21/12, in http://www.apambiente.pt/dqa/assets/10-decreto_lei-226a_2007.pdf
- **Decreto-Lei nº 197/2005, de 8/11 e Diretiva sobre Avaliação de Impactes Ambientais**, que incide sobre os projetos de construção de novas estruturas portuárias e ampliação das já existentes, in <https://dre.pt/application/file/583122>
- **Decreto-Lei nº 133/2013, de 3/10**, que estabelece os princípios e regras aplicáveis ao sector público empresarial, incluindo as bases gerais do estatuto das empresas públicas, in <https://dre.pt/application/file/500153>
- **Lei nº 3/2013, de 14/01**, que estabelece o regime jurídico do trabalho portuário, in <https://dre.pt/application/file/588749>
- **Decreto-Lei nº 421/99, de 21/10**, que aprova o Estatuto de Pessoal das Administrações Portuárias (EPAP)
- **Decreto-Lei nº 48/2002, de 2/03**, diploma que regula a atividade do Serviço Público de Pilotagem
- **Portaria nº 204/1991, 13/03**, aprova o Regulamento de Exploração dos Portos de Setúbal e Sesimbra.

- **Portaria nº 46/2000, de 3/02**, dispensa da obrigatoriedade de recurso aos serviços de pilotagem nos portos e barras.
- **Decreto-Lei n.º 148/91, de 12/04**, que define o regime jurídico da atividade de agente de navegação
- **Decreto-Lei nº 75/2001, de 27/02**, que regula o exercício da atividade de reboque de navios e embarcações nas áreas dos portos;
- **Decreto-Lei nº 280/1993, de 13/08**, que estabelece o regime jurídico do trabalho portuário prestado nas diversas tarefas de movimentação de cargas nas áreas públicas ou privativas, dentro da zona portuária.
- **Decreto-Lei nº 61/2012, de 15/03**, que transpõe a Diretiva n.º 2009/16/CE (EUR-Lex), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Abril de 2009, relativa à inspeção de navios pelo Estado do porto.
- **Decreto-lei nº 264/2012, de 20/12**, que estabelece o regime jurídico do acesso à atividade de agente de navegação, conformando-o com a disciplina da Lei n.º 9/2009, de 4 de março, e do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpuseram as Diretivas nº 2005/36/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 7 de setembro de 2005, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais, e 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro de 2006, relativa aos serviços no mercado interno.

Enumeram-se os regulamentos internos da APSS que se encontram, igualmente, disponíveis para consulta no seu sítio da internet ([www.portodesetubal.pt/portuarios tarifas e regulamentos.htm](http://www.portodesetubal.pt/portuarios_tarifas_e_regulamentos.htm)):

- **Código de Ética da APSS**, o qual estabelece os princípios de conduta e as linhas de orientação comportamental em matéria de ética profissional aplicáveis a todos/as os/as colaboradores/as da APSS,SA, disciplinadores das relações da empresa com os seus clientes internos e externos, fornecedores, autoridades e entidades institucionais e sociedade em geral;
- **Regulamento de Utilização do Acoradouro de Sesimbra**, que define o tarifário a vigorar no ancoradouro para amarrações fixas no porto de Sesimbra;
- **Regulamento de Tarifas da APSS**, o qual define um conjunto de normas que regulam a aplicação de tarifas de serviços prestados;
- **Regulamento de Tarifas da área dominial da APSS**, que estabelece as taxas que APSS cobrará dentro da área de jurisdição, nomeadamente, pela utilização de edificações, terrenos, terraplenos e leito das águas, bem como pela prestação de serviços e pela realização de atividades diversas;
- **Regulamento de Exploração dos portos de Setúbal e Sesimbra**, o qual define um conjunto de normas relativas às atividades relacionadas com os navios e cargas;
- **Regulamento de Funcionamento e utilização do Terminal Roll-on/Roll-off do porto de Setúbal**, o qual estabelece os princípios de funcionamento e utilização daquela infraestrutura;
- **Regulamento de Utilização da Doca de Recreio das Fontainhas – lado poente**, contendo as regras fundamentais a observar na utilização da referida doca;
Regulamento do Exercício da Atividade de Reboque de Embarcações e de Navios, através do qual a APSS determina, ao abrigo do disposto no n.º 2 do Artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 75/2001, de 27 de Fevereiro, que a prestação de serviço de reboque de embarcações e de navios no porto de Setúbal será exercida segundo o regime de licenciamento; in [Regulamento do Exercício da Atividade de Reboque de Embarcações e de Navios](#)
- **Regulamento do Exercício da Atividade de Amarração no porto de Setúbal**, que se aplica aos serviços de amarrar, desamarrar, de correr ao longo do cais e de mudança de embarcações sujeitas a aviso de chegada e de saída e a autorização de estacionamento ou em situação de emergência, previstas no Regulamento de Exploração da APSS; in [Regulamento do Exercício da Atividade de Amarração](#)
- **Regulamento do Serviço de Tráfego Marítimo (VTS)**, que tem por objetivo definir as regras de funcionamento do serviço de tráfego marítimo, bem como estabelecer os procedimentos operacionais a serem observados pelos navios e embarcações; in [Regulamento do Serviço de Tráfego Marítimo \(VTS\)](#)
- **Regulamento de utilização das instalações do Trem Naval de combate à poluição e reboques em Santa Catarina**, aprova as condições de utilização das suas instalações, equipamentos, fornecimentos de bens e prestação de serviços relativos às operações nele previstas;

- **Regulamento de Utilização dos Acoradouros para Amarrações Fixas de Embarcações de Recreio:** Toca do Pai Lopes, Esguelha, Outão, Soltróia em Setúbal, o qual contém as disposições fundamentais a observar na utilização dos ancoradouros para amarrações fixas de embarcações de recreio no porto de Setúbal; [Regulamento de Utilização dos Acoradouros para Amarrações Fixas de Embarcações de Recreio: Toca do Pai Lopes, Esguelha, Outão](#)
- **Regulamento de Exploração da Tróia Marina**, o qual tem por objeto o estabelecimento das normas de funcionamento da MARINA DE TRÓIA, de que é Concedente a APSS, S.A., e Concessionária a MARINA DE TRÓIA, S.A, sendo aplicável a todas as pessoas, individuais ou coletivas e embarcações, máquinas e veículos, bem como a quaisquer objetos ou animais e outras coisas que se encontrem, a qualquer título, na área da Concessão;
- **Regulamento de Utilização da Doca dos Pescadores**, que estabelece um conjunto de regras de disciplina na referida doca e área envolvente; [Regulamento de Utilização da Doca dos Pescadores](#)
- **Regulamento de Segurança sobre Prevenção e Proteção contra Incêndios e Derrames Acidentais em Terminais Portuários**, que define os sistemas de prevenção e proteção contra incêndios e derrames acidentais a serem implantados nos terminais portuários; [Regulamento de Segurança sobre Prevenção e Proteção contra Incêndios e Derrames Acidentais em Terminais Portuários](#)
- **Regulamento Interno de Pilotagem**, que define normas internas de funcionamento do serviço.
- **Regulamento de registo e controlo dos tempos de trabalho** - documento disciplinador do modo de apuramento dos tempos de trabalho prestado diária e semanalmente pelos/as colaboradores/as da APSS, SA, através do registo de assiduidade e pontualidade por forma a dar cumprimento ao disposto no artigo 202º do Código do Trabalho, revisto pela Lei nº 7/2009, de 12 de fevereiro;
- **Regulamento de Utilização de Instalações Portuárias por Embarcações Destinadas ao Exercício de Atividades Marítimo-Turísticas em área de jurisdição da APSS**, que estabelece as regras a que ficam sujeitos os operadores marítimo-turísticos e as embarcações por eles utilizados no exercício da atividade marítimo-turística na área de jurisdição da APSS;
- **Regulamento de Alienação de bens e serviços**, que estabelece o regime da alienação de bens móveis do património privado da APSS;
- **Regulamento sobre o regime jurídico dos armazéns e módulos do edifício da antiga Iota de Setúbal**, que define as regras de ocupação dos armazéns e módulos no edifício em causa;
- **Regulamento de Avaliação de Desempenho**, documento disciplinador do processo de avaliação do desempenho dos/as colaboradores/as da APSS, SA visando assegurar, de acordo com as regras definidas na Portaria nº 1098/99, de 21 de Dezembro, a respetiva progressão na carreira bem como fornecer elementos para melhorar a definição de funções, identificar as necessidades de formação, abrir oportunidades de carreira em função das potencialidades demonstradas por cada um(a), fundamentar medidas de reorganização e reestruturação do trabalho e/ou dos serviços, contribuir para a melhoria das relações interpessoais, da comunicação e motivação bem como dos resultados de cada trabalhador/a;
- **Regulamento de Utilização da Doca de Recreio das Fontainhas – lado nascente**, contendo as regras fundamentais a observar na utilização da referida doca;
- **Regulamento de recolha de resíduos de hidrocarbonetos, materiais contaminados com hidrocarbonetos e outros produtos perigosos a embarcações na área de jurisdição da APSS**: conjunto de normas que visa regular o exercício da atividade de recolha de resíduos
- **Regulamento de utilização do fundeadouro de embarcações de tráfego local do porto de Setúbal**, que visa definir o denominado fundeadouro para embarcações de tráfego local, no porto de Setúbal em área de jurisdição da APSS e regular as condições da respetiva utilização.
- **Regulamento de utilização de veículos automóveis**, que define um conjunto de normas destinadas a regular a utilização dos veículos automóveis da APSS, SA por parte dos seus/as colaboradores/as;
- **Regulamento de Fardamento do Pessoal da APSS**, que regula os tipos de fardamento existentes na APSS, SA e o respetivo uso por parte dos/as colaboradores/as.